

-----ATA N.º 04-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27 JUNHO DE 2016-----

-----Aos vinte e sete dias do mês de junho de 2016, pelas 21.00 horas reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

-----**1.º Ponto** - Apreciação do Relatório de Atividades de 2015 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras;-----

-----**2.º Ponto** - Discussão e votação do projeto de alteração ao Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea g) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2012 de 12.09 na sua atual redação;-----

-----**3.º Ponto** – Discussão e votação do projeto de alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Emissão de Licenças do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea g) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2012 de 12.09 na sua atual redação;-----

-----**4.º Ponto** – Autorizar a contratação de empréstimo de longo prazo para financiamento da obra de requalificação do Parque Municipal de Santa Cruz – 1.ª fase até ao montante de €300.000,00, nos termos da alínea f) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2012 de 12.09 na sua atual redação;-----

-----**5.º Ponto** - Autorizar a contratação de empréstimo de longo prazo para financiamento da obra de construção do Centro Escolar do Turcifal, até ao montante de €1.100.000,00, nos termos da alínea f) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2012 de 12.09 na sua atual redação;-----

-----**6.º Ponto** – Conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual nos termos da alínea c) do nº 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21.02 – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Clube de Ténis de Torres Vedras;-----

-----**7.º Ponto** - Ratificação de Declaração de Interesse Municipal, para Residencial para Idosos – Bairro dos Filipes – Ameal - Freguesia do Ramalhal, requerido por Santa Casa da Misericórdia, referente ao processo de Obras 01/3548/1997 tendo presente a competência prevista na alínea d) do nº 1 do art.º130.º do Regulamento do PDM em vigor;-----

-----**8.º Ponto** - Tomar conhecimento do protocolo, celebrado pelo Município ao abrigo da delegação de competências aprovada pela Assembleia Municipal de 25.11.2015, com a autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020, o qual tem como objeto a definição de responsabilidades que impendem sobre as partes outorgantes no âmbito do contrato de gestão estratégica de desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC);-----

-----**9.º Ponto** - Tomar conhecimento do contrato de delegação de competências, celebrado ao abrigo da delegação de competências aprovada pela Assembleia Municipal de 25.11.2015, entre a autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Centro e o Município de Torres Vedras referente ao PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano);-----

-----**10.º Ponto** - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09, na sua atual redação.-----

-----O primeiro Secretário da Mesa, António Fortunato começou por informar que o Presidente da Assembleia Municipal Alberto Avelino se encontrava ausente por motivos de doença, passando a presidir os trabalhos e chamando para completar a mesa o membro Francisco Branco da Silva.-----

-----A Mesa da Assembleia Municipal ficou assim constituída: Presidente: António Fernando Alves Fortunato, Secretários: Mara Isabel Batista Eleutério e Francisco Branco da Silva.-----

-----Estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----José Augusto Clemente de Carvalho, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Susana Maria Ribeiro das Neves, Jacinto António Franco Leandro, Marco Henriques Claudino, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Claudia Sofia Horta Ferreira, Rui José Prudêncio, António João Leal da Costa Bastos, Francisco João da Fonseca Inácio, José António do Vale Paulos, Joaquim Manuel Oliveira Gomes, António Martins Moreira, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Maria Leonor Marques Marinheiro, Vítor José dos Santos Fernandes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira, Renata Filipa Santos Nunes Simões, João Alexandre Pires Bernardes, Paulo Dinis Faustino Valentim, Marta Filipa Sousa Geraldês, Pedro Miguel Germano Bernardes, Hélio Batista Gomes, Carlos Manuel dos Santos Terêncio, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, António Filipe Narciso dos Santos, Luis Miguel Antunes Batista, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luis, João Francisco Mota Tomaz, José Manuel Cristóvão, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Pedro António Rodrigues. -----

-----Faltou Alberto Manuel Avelino.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores Laura Maria Jesus Rodrigues, Hugo Miguel Fernandes Martins, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira, Luís Filipe Barbosa Aniceto e Sérgio Rodrigo dos Santos Cipriano. -----

-----Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

**APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:**-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* informou que a ata n.º 1 de 25 de fevereiro de 2016, que foi previamente distribuída por todos os membros, se encontrava na mesa, para aprovação. -----

-----O Líder da Bancada do PSD, *Sr. Luís Carlos Lopes* dirigiu-se à mesa alertando para a necessidade de terem um pouco de mais rigor nas votações, de modo a que o serviço de apoio consiga registar a contagem dos votos. A moção “Linhas de Torres Vedras” teve uma votação diversificada dentro de cada bancada e apenas consta que foi reprovada. Nos pontos agendados, os

serviços “conseguiram” apurar o sentido de voto de cada bancada e quem está ausente da sala. -----  
-----Não há o mesmo rigor, situação que não deve continuar e reforçou que quando a mesa tiver dúvidas na votação, repetem. Ou nomeiam em todas as ocasiões ou nunca. Devem ter o mesmo procedimento em todas as matérias.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* registou a recomendação.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou em definitivo o texto da ata apresentada.-----

**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**-----

-----De seguida leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

-----Anota-se que foram numerados dois documentos que a seguir se indicam: -----

**SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 18 DA LEI 75/2013 DE 12.09:**-----

DOCUMENTO 1:-----

-----E-mail de Ana Isabel Marques Fiéis, de 15 de Junho de 2016, a informar que no dia 27 de Junho se encontra ausente do país, pelo que solicita a sua substituição pelo elemento seguinte na lista da sua bancada.-----

-----Encontrava-se presente Pedro António Ferreira Rodrigues.-----

**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:**-----

DOCUMENTO 2:-----

-----E-mail de Susana Maria Ribeiro das Neves, de 21 de abril, a informar que não pode comparecer à sessão ordinária 21 de Abril, por indisposição clínica súbita.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida e aceitou a justificação de falta apresentada.-----

-----Teve início o período da Ordem do Dia.-----

**VOTO DE PESAR E HOMENAGEM A RENATO VALENTE:**-----

-----O Primeiro Secretário da Mesa, Sr. António Fortunato leu o voto que a seguir se transcreve:-----

-----“ No passado dia 26 de maio, o senhor Renato Valente deixou o nosso convívio e a terra que há 56 anos abraçara como sua.-----

-----Eborense de nascimento e torriense de adoção e coração, deu-se a Torres Vedras como um dos seus melhores filhos.-----

-----Tendo inicialmente exercido a sua actividade profissional na Farmácia Torreense, evidenciou-se posteriormente como empresário na Farmácia Santa Cruz e na Valanálises.-----

-----Do tempo que sempre lhe sobrava, deu-se de corpo e alma a inúmeras instituições e iniciativas da nossa cidade e concelho.-----

-----Do Sport Club União Torreense à Associação de Educação Física e Desportiva, do Sporting

Club de Torres ao Clube de Futebol “Os Paulenses”, da Tuna Comercial Torreense à Associação de Bombeiros Voluntários, a todas dedicou o seu entusiasmo e dinamismo.-----

-----Das comissões organizadoras do Carnaval, da Feira de S. Pedro e do Festival das Vindimas foi membro ativo e incansável.-----

-----Aliada à sua simpatia e simplicidade, possuía uma profunda sensibilidade social traduzida em apoio pessoal e financeiro a causas nobres, em favor dos desprotegidos.-----

-----Foi notório o seu papel mecenático na área da saúde junto do nosso hospital, escolas e associações, se bem que com a discrição e dignidade de quem dá sem pretender receber.

-----A sua generosidade extravasou fronteiras na participação continuada num projecto social na Cidade da Praia, Cabo Verde.-----

-----Defensor e promotor convicto da sua e nossa terra e concelho, trabalhou pelo intercâmbio cultural de Torres Vedras com as cidades alemãs de Sindelfingen e Boblingen.-----

-----Em resultado de uma vida feita de entrega repartida, foi justamente cumulado de diversas distinções honoríficas, de que avulta a Medalha de Mérito Grau Ouro do Município de Torres Vedras.-----

-----Atento o exposto, como munícipe ímpoluto, generoso e fraterno a Assembleia Municipal de Torres Vedras, em sessão desta data, honra e homenageia a vida e obra do senhor Renato Valente, curvando-se porque Torres Vedras perdeu um dos seus filhos de coração, um Homem Bom.-----

-----Torres Vedras, 27 de junho de 2016.-----

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.”-----

-----O **Sr. Luis Carlos Lopes** interveio no sentido de subscrever em seu nome pessoal e do Grupo Municipal do PSD o voto.-----

-----A **Sra. Susana Neves** aproveitou o para deixar o seu carinho ao Sr. Valente, e para expressar uma dor inesgotável que a sua alma sente relativamente ao seu desaparecimento. -----

-----Deu nota que em 2010 iniciou um debate sem fim sobre a importância dos cuidados paliativos, em contexto domiciliário e a inexistente intervenção deste tipo de saúde em Torres Vedras tendo o Sr. Valente sido uma luz, pois falaram horas a fio sobre a pobreza, doenças mentais, doenças crónica e sobre a futilidade e obstinação terapêutica. Com o seu apoio este projeto, no âmbito da fisioterapia paliativa iniciado em 2006, alargou-se para uma escala concelhia.-----

-----Por último endereçou-lhe palavras de amor de um sincero obrigado na certeza que o seu olhar, o seu sorriso e a sua forma solidária de fazer a vida serão imortalizadas na sua pessoa e a todos os torrienses que já ajudou. Bem haja.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** expressou o seu apreço por estas intervenções e no âmbito da relação do município de Torres Vedras e os Paulenses de que Renato Valente foi dirigente informou que em sua homenagem, o novo complexo desportivo da Paul terá o nome de “Renato Valente”.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade mandar lavra em ata o voto. -----

**PETIÇÃO PARA NOVO HOSPITAL EM TORRES VEDRAS:**-----

-----O *Sr. António Moreira* informou que tinha entregado hoje na Assembleia da República e no Gabinete do Primeiro Ministro, uma petição para a construção de um novo hospital em Torres Vedras que também irá entregar à Câmara e à Assembleia Municipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**MAPA JUDICIÁRIO:**-----

-----O *Sr. António Moreira* deu nota que finalmente vai ser revisto o “malfadado” mapa judiciário. -

-----Entende que se trata de um problema gravíssimo que toca a todos, ao qual a nova Ministra da Justiça, profunda conhecedora desta área, está a tentar dar a volta no sentido de permitir a possível reabertura dos tribunais das comarcas de origem.-----

-----Considera esta uma noticia excelente para quem tem que se deslocar aos tribunais, por vezes percorrendo dezenas de quilómetros.-----

-----A partir de Janeiro de 2017 o mapa vai começar a ser revisto progressivo e paulatinamente. Vão ser reabertos todos os que foram encerrados e muitos outros vão retomar as valências que tinham.----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou ter conhecimento que a Sra. Ministra da Justiça está a trabalhar este assunto com profundidade no sentido de que quem necessita possa ter serviços de proximidade. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**FREGUESIA DO RAMALHAL:** -----

-----O *Sr. Joaquim Gomes*, interveio para questionar se o edil sabe há quanto tempo não se inaugura nada na freguesia do Ramalhal, desde logo informando que foi desde 25 de Abril de 2007.-----

-----Lembrou que antigamente dizia-se que as freguesias para lá da linha do comboio eram esquecidas, mas o Ramalhal não fica aí e está completamente esquecida, situação que lhe é questionada pela população.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que muito recentemente fizeram um investimento de cerca de €150.000,00 no sistema de esgotos da Abruheira, mas também investiram na ampliação da escola, não esquecendo os serviços de proximidade que prestam pois não são só as grandes obras que são relevantes e ainda todo o trabalho a nível social e da educação.-----

-----Informou ainda que recentemente finalizaram o processo da aquisição do terreno para a futura escola (espaço do IVV) e a curto prazo irão iniciar o projeto, assim como estão a ultimar o projeto para requalificação da Azenha da Ponte. O Ramalhal não está esquecido e está na primeira linha pois contribui em muito para o PIB nacional pelas empresas que lá estão sedeadas e todo o trabalho que desenvolvem.-----

-----Disse para o membro estar mais atento pois houve muito investimento na freguesia do Ramalhal

nos últimos dois anos.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CHOUPAL E PARQUE VERDE DA VÁRZEA:**-----

----O *Sr. Joaquim Gomes* disse que viu na Quinta das Conchas no Lumiar, uma biblioteca em cada parque, que constava de um suporte em madeira parecido com um pombal onde se coloca livros para as pessoas, deixando esta sugestão que podia ser implementada nos nossos parques.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**FEIRA DE S.PEDRO/2016:**-----

----O *Sr. João Pedro Gomes*, representante do CDS-PP, interveio no sentido de dar nota de ter ouvido queixas de alguns visitantes da feira pela falta de manutenção das casas de banho do recinto, a nível da reposição do papel e do sabonete, e que a mesma devia ser feita com mais regularidade para evitar estas situações.-----

----Outra falha que identificaram foi a de só existir uma caixa de multibanco, o que leva a longas filas e muitas vezes à falta de dinheiro nas mesmas. Poderá ser um factor que contribua para perdas no comércio. Seria uma situação a rever para as próximas edições da feira.-----

----Considerou que o evento está consolidado e bom, mas pareceu-lhe que existem menos expositores.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que este ano visitaram a feira 32 mil pessoas, mais do que no ano transato e acha natural este tipo de ocorrências. Irão estar atentos para que não se repita.-----

----Deu nota ainda que fizeram uma parceria com o Montepio no sentido de terem Multibanco para servir os utentes do terminal, que também serve todo o recinto e sabem que muitos dos feirantes já possuem este serviço pelo que acha que a feira está bem servida de ATMS-----

----Informou que na edição deste ano tiveram mais quinze expositores, e considera relevante o trabalho que desenvolveram com a CVR de Lisboa e a Associação de Agricultores de Torres Vedras no sentido de ter uma posição marcante na área dos vinhos que está a correr muito bem.-----

----Estão a trabalhar para engrandecer cada vez mais este certame e faltando dois anos para a Feira de S. Pedro fazer 75 anos já convidou o Sr. Presidente da República para fazer parte da comissão de honra, que aceitou.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CESSÃO DE FUNÇÕES DO SR.VEREADOR DA ÁREA FINANCEIRA - SÉRGIO PAULO MATIAS GALVÃO:**-----

----O *Sr. João Pedro Gomes* registou a sua apreensão com a notícia em título, porque lhe reconhecem valor, por todo o trabalho que ele tem feito a nível financeiro e também quanto ao futuro, questionando se o edil já pensou quem o vai substituir nestes pelouros tão importantes.-----

----Por último registou a preocupação da força partidária que representa pelo facto de o Executivo

já ter perdido dois elementos fundamentais da lista que venceu as eleições autárquicas em 2013, e ainda faltar mais de um ano para terminar mandato.-----

-----O *Sr. Celso de Carvalho* lembrou às bancadas do PSD e CDS que este Vereador, foi o homem que durante os últimos 12 anos fez parte da Câmara Municipal, do Conselho de Administração da Promotorres que quiseram exterminar, do Conselho de Administração dos SMAS que muitas vezes criticaram, fez parte dos processos para os campos relvados que votaram contra, do mercado municipal, da requalificação do parque escolar, para o qual tinham uma visão diferente, e também fez todos os orçamentos que nunca votaram a favor. Só porque ele se vai embora já é motivo para grandes intervenções.-----

-----Declarou que a equipa que ganhou as eleições continua firme e sólida.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* confirmou a saída da Câmara Municipal do Vereador Sérgio Galvão, a quem já publicamente saudou pelo trabalho que desenvolveu e que irá continuar até setembro. Disse que o Vereador irá estar na Assembleia Municipal no próximo mandato.-----

-----Quanto ao evocar que perdem duas pessoas, não acha que é assim, neste modelo de governação. No seu entender ganham três pessoas. Ganham um grande secretário de estado, um presidente de câmara que está agora a dar os seus primeiros passos e um gestor privado a partir do dia 1 de outubro. Irão fazer uma série de ajustes ao executivo municipal, sabendo que têm pessoas muito capacitadas dentro das listas do PS. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **OESTE INFANTIL 2016:**-----

-----A *Sra. Leonor Marinheiro* teceu algumas comentários sobre a realização de mais uma festa da criança que decorreu de 1 a 4 de junho subordinado ao tema “Vitória Vitória, qual o moral da História”.-----

-----Tratou-se da 27.<sup>a</sup> edição onde mais uma vez a elevada criatividade foi palco, dirigida a crianças dos 3 aos 12 anos de idade. Incluiu dois pavilhões com mais de 40 espaços de atividades que permitiram o encantamento e a magia numa simbiose perfeita entre alegria e aprendizagem de milhares de crianças, registando-se a presença de várias escolas de norte a sul do país.-----

-----Porque o segredo do excelente trabalho está numa grande equipa, concluiu endereçando os parabéns à Câmara Municipal, comissão coordenadora e a todos os restantes envolvidos, pois todos foram importantes para o sucesso de mais este evento fantástico onde a criança continua a ser o expoente máximo da ação.-----

-----A *Sra. Teresa Oliveira* interveio no sentido de vincar bem o trabalho de muitos dos professores, educadores de infância e auxiliares, durante horas e horas extraordinárias e voluntárias e pós - laborais que contribuiram para que este evento se realizasse.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que a festa fala por si, tratando-se de um evento de referência

em prol da educação. Saudou todos os seus mentores de há mais de três décadas, já que passados todos estes anos continuam muito ativos e a marcar pela diferença. O objetivo é melhorar no sentido de que seja um evento cada vez com mais qualidade dentro deste modelo que tem vindo a ser utilizado.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **AGENDA 2030/CARTA AALBORG:**-----

-----A *Sra. Susana Neves* interveio no sentido de deixar o seu testemunho feliz relativamente à Agenda 2030, que é mais um contínuo da agenda Local 21, uma missiva de continuar lado a lado com os compromissos de Alborg e com os compromissos de desenvolvimento sustentável definidos e priorizados pelas Nações Unidas.-----

-----Desde 1999 que o município tem vindo a apostar na sustentabilidade ambiental, tendo vários reconhecimentos de cidade sustentável, o que lhes revela a necessidade de continuar. A sustentabilidade é um processo criativo, mas também é participativo porque na verdade os principais recursos são o capital humano e o capital natureza de que se já dispõem, falta agora interliga-los e quem sabe até chamar medidas no âmbito do Portugal 2020 para uma operacionalização como catalizador destes mesmos projetos para uma ainda maior sustentabilidade.-----

-----Esta 1.<sup>a</sup> ação da agenda, traçou-lhes um fio que pode parecer invisível, no entanto acredita que a agenda 2030 irá transformar esse fio invisível, num fio inquebrável, enrolando os aspetos ambientais, sustentáveis, sociais, educacionais e os económicos para tornar Torres Vedras numa cidade socialmente mais inclusiva, com menos pobreza, com mais homogeneidade territorial, com menos discriminações periféricas, com uma saúde mais pública, preventiva e próxima, com mais paz, mais ecoeficiente e com uma melhor e partilhada governação.-----

-----Reforçou que se a Agenda 21 Local teve a sua execução em 75% e o seu voto é que a agenda 2030 tenha uma percentagem muito maior e até se possível a 100%.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que é fundamental terem uma visão do futuro, que se deseja para o concelho, no ano em que se celebra os 40 anos do poder local, que tanto tem contribuído para o desenvolvimento do município. Esta agenda vai ser um impulsionador para o futuro, sendo importante que todos participem para cumprir os seus objetivos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **INAUGURAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL:**-----

-----O Líder da bancada socialista, *José Augusto de Carvalho* tomou a palavra para relevar a inauguração das novas instalações do espaço em título no passado dia 25 de Abril.-----

-----Fez notar que o parque informático foi completamente renovado, o que veio viabilizar um melhor serviço prestado aos utilizadores e desempenho mais rápido dos equipamentos e com acesso wi-fi em todos os pisos da Biblioteca. Foram adquiridos consolas e jogos de multimédia,



equipamento de visionamento de filmes.-----

-----Aludiu também à sala dedicada à oficina de expressão artística, uma sala de exposições, salas de trabalho do público mais espaçosas, e espaço dedicado à exposição e venda de produtos da autarquia para além da introdução de cacifos para uso do público-----

-----Deu nota ainda que em maio de 2015 tiveram 3610 utilizadores e em maio de 2016, 5599. Também a emissão de novos cartões, neste mesmo período teve um acréscimo significativo de 25 para 70.-----

-----Considera que foi um bom investimento com um significado indesmentível até no apoio à população escolar.-----

-----A este propósito aludiu a outros investimentos: a ligação do espaço multiserviços na Av. 5 de Outubro, o espaço social para os trabalhadores no 3.º piso do Mercado Municipal, o espaço social no Estaleiro do Pául, e por fim à próxima transferência dos SMAS para as instalações da Av. 5 de Outubro com investimento no imóvel mas também na melhoria da organização ou seja tudo conducente à prestação de melhores serviços ao munícipe que é o desiderato dos serviços municipais. -----

-----Relativamente à Biblioteca a *Sra. Marta Geraldês* subscreveu todas as palavras do interveniente anterior, pois também considera que estas instalações nada têm a ver com as anteriores, em especial no que se refere à rede de Internet, e acha que as salas estão muito bem divididas.-----

-----Deu nota que recebeu algumas queixas pelo facto de a Biblioteca estar encerrada às segundas-feiras de manhã.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* assinalou que as instalações da biblioteca falam por si. O Espaço foi muito bem requalificado e está convicto que irá contribuir para o desenvolvimento do centro histórico.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**SAÍDA DA INGLATERRA DA CEE:**-----

-----O *Sr. Jacinto Leandro* começou por dizer que vivem numa cidade global, e hoje os acontecimentos de Torres Vedras, são conhecidos no momento em todo o mundo e a saída de Inglaterra da Comunidade Europeia para ele representa uma baixa de peso na medida em que entendeu sempre a Europa como uma soma de países e de realizações a seguir à 2.º guerra mundial, para prevenir futuras guerras, com epicentro na própria Europa.-----

-----Muito foi feito e o facto de a Inglaterra sempre ter utilizado um pé dentro e um pé fora, antecipava que poderiam ter um embrião de uma Europa com mais condições e facilidades para tratar dos problemas dos cidadãos da Europa, independentemente da cor de cada governo.-----

-----É uma situação que lamenta, que tem a ver com todos os países que fazem parte e é uma falha em relação à Comunidade Europeia pois necessitam de estar unidos e sempre que um membro sai, a

Europa devia repensar o seu caminho.-----

----Lembrou que Torres Vedras está geminada com a cidade inglesa de Wellington e vai ter consequências.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que a decisão dos ingleses não é unânime.-----

----Aproveitou para dar nota que teve uma semana feliz porque esteve na Irlanda por causa do Green Leaf na Europa e que decorreu em Santa Cruz um evento dedicado aos jovens, o “European Cansat” onde 14 países da União Europeia estiveram presentes, promovido pela Agência Espacial Europeia, sendo graças à União Europeia que acontece.-----

----Pessoalmente lamenta a saída da Inglaterra, pois é um grande defensor da União Europeia.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**JOGO DO MUNICIPIO:**-----

----A *Sra. Marta Geraldês* reportou-se ao jogo em título, que fomenta o espírito crítico dos jovens, a sua preocupação pela sociedade, e envolvimento nas preocupações e nas falhas que o próprio concelho ou o país a nível internacional e que tem um tema novo todos os anos. Havendo sempre uma escola vencedora propôs que existisse uma verba no orçamento de modo a permitir que essa proposta fosse executada pelo município.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que, tendo por base a experiência de um ano de orçamento participativo, daqui a dois anos deverão estar em condições de avançar com o orçamento participativo jovem.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ADEGA COOPERATIVA DE SÃO MAMEDE DA VENTOSA – 60.º ANIVERSÁRIO - INAUGURAÇÃO DA ADEGA 2:**-----

----O *Sr. Presidente de Junta da Freguesia da Ventosa Luis Batista*, interveio no sentido de registar com muito agrado que o Sr. Presidente da República esteve presente na inauguração em título que ocorreu no dia 26 de junho, salientando que foi a primeira vez que um Presidente da República visitou a freguesia.-----

----Congratulou a adega pelos 60 anos de vida, adega que é de excelência a nível nacional, sendo a maior produtora de vinho do país.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* considerou um evento importante para o concelho e endereçou à adega os parabéns pelo aniversário e pelo investimento que fez.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ESPACOS DO CIDADÃO NAS FREGUESIAS:**-----

----O Presidente de Junta da União de Freguesias da Carvoeira e Carmões *Sr. José Manuel Cristóvão* questionou quando é que espaços do cidadão vão ser instaladas nas freguesias, uma vez que já algum tempo que fizeram as obras e aguardam.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que estão a negociar com um dos operadores de telecomunicações e espera a muito curto prazo avançar numa primeira fase com 6 espaços do cidadão onde o da Carvoeira está incluído.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**REUNIÃO PÚBLICA DO EXECUTIVO:**-----

-----O autarca da Carvoeira *Sr. José Manuel Cristóvão* manifestou a sua satisfação com a realização da última reunião pública do Executivo na freguesia que preside, na qual esteve presente toda a Vereação e onde se registou um debate franco, bom e muito participado pela população.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**QUESTÃO E MOCÇÃO:**-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu o documento que a seguir se transcreve:-----

-----“Considerando que:-----

-----O Sr. Primeiro-Ministro afirmou em 6 de maio de 2016 que: “quando nós vemos crianças, pais e professores a manifestarem-se porque a escola pública, que devia ser o padrão máximo da qualidade, não tem essa qualidade, porque o programa da Parque Escolar foi interrompido há quatro anos e ainda não foi retomado, nós percebemos que efectivamente temos de concentrar os poucos recursos que temos para fazer aquilo que é fundamental fazer”.-----

-----O Sr. Primeiro-Ministro, em 31 de maio, declarou ainda que “incumbe ao Estado a obrigação de criar uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda à população”.-----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em 27 de junho de 2016, solicita ao Sr. Primeiro-Ministro esclarecimento e resposta à seguinte questão:-----

-----Pretende o Governo construir uma nova escola pública que cubra a área territorial da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira e da Freguesia de Silveira, hoje servida, e muitíssimo bem, pelo Externato de Penafirme?-----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras reconhece os enormes méritos educativos e pedagógicos desenvolvidos pelo Externato de Penafirme, servindo ao longo de décadas milhares de crianças e jovens torrienses.-----

-----Assim, vem esta Assembleia apelar a que os recursos disponíveis sejam canalizados para a requalificação e modernização das escolas já existentes no município sob tutela do Ministério da Educação, designadamente a Escola Básica da Freiria.-----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras vem reconhecer o fortíssimo compromisso de professores, pessoal não docente e direcções de escola e de agrupamento nas Escolas Públicas do nosso município, contribuindo, decisivamente, para a qualidade do ensino e para a preparação educativa e humana das crianças e jovens torrienses.-----

-----1.º proponente PSD e 2.º proponente CDS”-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** declarou que a moção em discussão não é séria porque não há o mínimo de fundamento de formularem a pergunta que colocam de forma sublinhada.-----

-----Estão a criar um fantasma, a criar um facto político sem suporte e com o PS não contam.-----

-----Disse ainda que todos sabem que as escolas privadas com contrato de associação que não dupliquem a oferta das escolas públicas, como é o caso do Externato de Penafirme, não estão minimamente em causa.-----

-----Assegurou que o voto do PS quanto à Escola da Freiria é público e não pactuam com atitudes que não sejam sérias.-----

-----O **Sr. Marco Claudino** começou por dizer que de facto perguntar ofende.-----

-----Continuou assegurando que a pergunta é tudo menos insignificante ou desprovida de fundamento. Relativamente aos contratos de associação todos sabem que as duplicações ocorreram porque onde já existiam escolas com estes contratos foram construídas escolas públicas. -----

-----É dito que incumbe ao Estado a obrigação de criar uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda à população. A concretização dessa afirmação e o precedente que todos conhecem leva-os a fazer uma pergunta -----

-----Percebe quando diz que estão a criar facto político que não está em cima da mesa, pois não está prevista a construção de uma escola pública para aquela zona, mas lembra que a revolta vem tarde nestas matérias. Assim tinha que questionar a seriedade do PS na questão da privatização das águas aludindo também à moção sobre a municipalização da educação que votaram contra.-----

-----Esclareceu que tentaram de forma muito fundamentada explicar com exemplos e frases muito recentes do 1.ª Ministro e no final fazer uma pergunta.-----

-----Pedi a palavra o **Sr. João Alexandre Pires Bernardes** assinalando que o líder da bancada do PS já disse o essencial e a moção/questão se era para ter graça, o Grupo Municipal do PCP não acha graça nenhuma.-----

-----A intervenção do Marco Claudino demonstra que é para fazer gincana política e vão votar contra pois não lhes diz nada.-----

-----Os proponentes esquecem que “contrato de associação” é admissível onde o estado não pode prestar um serviço que deve prestar e paga, mas parece que se estão a esquecer que o anterior governo liberalizou esta “negociata” para favorecer certos setores e certos interesses económicos permitindo que se fizessem “contratos de associação “quase” dentro dos ginásios de escolas públicas. -----

-----O membro do CDS-PP, **Sr. João Pedro Gomes** disse não entender a razão de toda esta celeuma por parte do PS e do PCP a uma pergunta, que reveste aqui a forma de moção. É função de qualquer membro fiscalizar e fazer perguntas apresentando-as em local próprio e foi o que fizeram.-----

-----Trata-se apenas de uma questão, e tendo em conta as declarações do primeiro-ministro, interroga-se se não estará algo planeado que podem não ter conhecimento.-----

-----O *Sr. Celso de Carvalho*, Presidente da União de Freguesias do Maxial e Monte Redondo questionou qual o critério da moção já que a Escola 2/3 do Maxial tem 30 anos e desde 2010 que não leva investimento. Se era para falar em escolas públicas tinham que ser abrangentes e falar em todas as que precisam de obras. -----

-----Não percebe a razão de a Escola 2/3 do Maxial não ter sido envolvida nesta moção e pediu ao autarca da Freiria que o ajudasse para que fosse. -----

-----O *Sr. Marco Claudino* rejeitou a falta de seriedade da moção, que não tem fundamento e que também não é para ter graça, pois levam o assunto muito a sério.-----

-----Relativamente à Escola 2/3 do Maxial disse que não se recorda de ter ouvido o autarca publicamente falar da necessidade da sua requalificação, mas já ouviu o autarca da Freiria. Estando prevista a da Freiria no mapeamento das prioridades de investimento do Estado é natural que o recordassem na moção, mas salienta que na mesma referem “requalificação e modernização das escolas já existentes no município.....” -----

-----Se a escola não tem obras há 30 anos, não deve ter sido por culpa do Passos Coelho que se degradou e então se calhar podiam discutir a coesão territorial dos investimentos no parque escolar do município de Torres Vedras.-----

-----Pedi para usar da palavra o *Sr. Francisco Branco* para dizer que foi professor durante 40 anos e fez parte da comissão que ajudou criar o Externato de Penafirme e conhece bem todo o seu historial fazendo um breve resumo desde que a instituição aceitou fazer os contratos de associação e dos problemas que foram surgindo com os diversos governos.-----

-----Espera que se mantenha o registo do PS de respeitar o Externato de Penafirme e tem a certeza que o Sr. Presidente Carlos Bernardes e o seu Executivo irá manter na Carta Educativa o Externato de Penafirme como escola no litoral.-----

-----O líder da bancada do PSD, *Sr. Luís Carlos Lopes* lembrou que estava na Vereação quando a Carta Educativa foi aprovada, na qual foram definidos quatro territórios educativos, e o Externato de Penafirme está aparentemente protegido. Tanto quanto sabe a Carta Educativa não foi revogada e na página 22 está previsto uma escola secundário do litoral para além do Externato de Penafirme.-----

-----Reforçou que o que o seu colega Marco Claudino disse não é brincadeira, já que está previsto na Carta Educativa do concelho que está em vigor e pediu rigor ao líder da bancada do PS.-----

-----Não se registando mais intervenções o *Sr. Presidente da Mesa* colocou à votação a moção em título, tendo a mesma sido reprovada com votos contra do PS e PCP, votos a favor do CDS, PSD, Hélio Gomes e Pedro Germano e 2 abstenções de António Moreira e Francisco Branco.-----

-----“**Declaração de voto do PS:**-----”-----

-----Votámos contra por sermos confrontados com uma pergunta insidiosa, em absoluto, destituída de fundamento sério e que, tão-só, visa instrumentalizar a população abrangida.-----

-----Tenta instabilizar e instrumentalizar, designadamente, os alunos, professores e encarregados de educação do Externato de Penafirme, é atitude que merece a nossa rejeição hoje e sempre e venha de onde vier”.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse concordar com o líder da bancada do PS, pois concorda que estão a tentar criar um facto positivo onde ele não existe.-----

-----O líder da bancada do PS, **Sr. José Augusto de Carvalho** pediu novamente a palavra solicitando para apresentar uma proposta no sentido de esclarecer as duvidas que subsistiram, no entendimento de que os alunos, professores e encarregados de educação merecem o esforço adicional dos órgãos do município, a qual se transcreve na integra.-----

----- “PROPOSTA – REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA:-----

-----Propõe-se que a Assembleia Municipal recomenda ao executivo que inicie de, imediato a revisão da Carta Educativa de Torres Vedras, em ordem a suprimir qualquer alusão a uma escola secundária pública no litoral.-----

-----Grupo Municipal do PS.”-----

-----O **Sr. João Alexandre Bernardes** pediu a palavra para dizer que não lhes parecia correto tentar contrabalançar o que supostamente era uma “piada” com uma contraproposta. Estarem a conciliar algo que consideram errado não lhe parece posição e o PCP vai votar contra.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** pediu a palavra esclarecer que a proposta faz sentido uma vez que já há alguns meses que estão a trabalhar na revisão da carta educativa na globalidade, e têm condições de a trazer brevemente à Assembleia Municipal. Trata-se de rever em função das alterações e nível das competências dos municípios, dos agrupamentos e também em função dos dados demográficos do território existentes nesta data. -----

-----Tendo em conta que a aprovação da carta educativa é competência da Assembleia Municipal o **Sr. Marco Claudino** questionou se fazia sentido fazer esta recomendação quando podiam propor alterações quando viesse a este órgão para aprovação.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho**, disse que desconhecendo que o processo de revisão estava em curso, pretende-se que a Assembleia recomende ao Executivo que nesse processo inclua a supressão de referencia a uma escola secundária no litoral.-----

-----Na sequência deste esclarecimento do proponente o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta a qual foi aprovada por maioria com, 5 votos contra de António Moreira, PCP e Rui Prudêncio, 9 abstenções do PS e Secundino Oliveira e a favor de PS, CDS, PSD, Hélio Gomes e Pedro Germano, com a seguinte redação: “ Propõe-se que a Assembleia Municipal recomende ao Executivo que em sede de revisão da Carta Educativa de Torres Vedras, em curso, inclua a

eliminação de referências a uma escola secundária pública no litoral”.-----

**MOÇÃO DE PROTESTO E INDIGNAÇÃO – EN9:**-----

-----“ Passados mais de nove (9) meses desde a aprovação da moção de protesto pela Assembleia Municipal, em 18 de setembro de 2015, sobre o mau estado da EN9, entre Torres Vedras e Merceana, as Infraestruturas de Portugal SA emitiram uma resposta, baseada numa inspeção realizada em 2014 ao referido troço com 14,62 Km, em que apresenta uma qualidade razoável do pavimento com um valor de Índice de Qualidade, IQ=2,5 numa escala de 0 a 5, estando prevista nova análise a partir de 2019.-----

-----A aludida inspeção, realizada em 2014, encontra-se profundamente desatualizada e a consequente informação é totalmente inaceitável devido aos seguintes factos:-----

-----Durante o anterior mês de abril, as Infraestruturas de Portugal, SA iniciaram a colocação de nova sinalética ao longo do referido percurso, reconhecendo a sua necessidade;-----

-----Em maio, para nosso espanto, começou a ser colocada nova sinalética de Perigo! Chamando à atenção do **piso em mau estado**, na subida dos Cucos, junto a Ordasqueira e no entroncamento para Matacães, ignorando, até ao presente, o restante troço até à Merceana;-----

-----A contradição demonstrada pelas I.P. SA. ao classificar aquele pedaço de estrada de “**qualidade razoável**” e na prática ao colocar no terreno a sinalização de **perigo - piso em mau estado**, demonstrando claramente, uma atitude discriminatória com as restantes condições da EN9 de Cascais a Alenquer;-----

-----Perante a inqualificável falta de equidade no tratamento de uma Estrada Nacional de 1.ª classe de intenso tráfego, com destaque para a circulação de veículo pesados, questionamos, uma vez mais, as I.P. SA:-----

-----Será que, as valetas obstruídas, a inexistência de bermas e respetivas proteções, a devassa da faixa de rodagem pela vegetação, o desaparecimento das marcações e da camada de desgaste no pavimento, são todas características de uma Estrada Nacional de qualidade razoável?-----

-----Continuamos a não ter resposta às questões apresentadas anteriormente, relativo ao início das obras de reabilitação dos 14,62 Km em falta. Sabendo que já existem faixas de terreno adquiridas a particulares, pela anterior Estradas de Portugal SA, para alargamento da via dentro das localidades de Carvoeira e de Paiol.-----

-----Os factos de razão denunciados por esta Assembleia Municipal justificam o novo protesto e indignação, sem prejuízo das diligências em curso do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras com o Senhor Secretário de Estado das infraestruturas, Transportes e Comunicações.-----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, em sessão ordinária de 27 de junho de 2016, aprova o presente **protesto e indignação**, reconhecendo inequivocamente, de acordo com as fotografias em anexo, a péssima qualidade do troço (secção) da EN9, entre Torres Vedras (km 68,000) e

Entroncamento com a ENII5 em Merceana (km 82,620) com a distância de 14,62 km, exigindo uma intervenção urgente, designadamente, na remoção de toda a vegetação na plataforma da Estrada, execução de novas valetas, reposição das bermas e criação das necessárias proteções de modo a garantir a segurança rodoviária e dos peões, alargamento das vias no entroncamento da Vila da Espera-Runa, na Carvoeira e no Paiol e novo pavimento com respetivas marcações.-----

-----A enviar: - Infraestruturas de Portugal, SA; Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações.-----

-----Os membros da Assembleia Municipal.”-----

-----O **Sr. Vale Paulos** começou por anunciar que a moção em discussão foi subscrita por todos os grupos municipais com assento neste órgão.-----

-----Lembrou que à 9 meses atrás aprovaram uma moção à qual tiveram uma resposta da Infraestruturas de Portugal SA, nada convincente. Posteriormente vieram colocar sinais, dando razão em relação ao mau estado do piso.-----

-----Assim e sem prejuízo das diligências efetuadas pelo edil para antecipar as obras, e porque já passaram 9 meses e cada vez a estrada está cada vez mais degradada neste troço de apenas 14 Km, trouxe este assunto novamente à assembleia.-----

-----O Presidente da União de freguesias da Carvoeira e Carmões, **Sr. José Manuel Cristóvão** lamentou que a freguesia da Carvoeira, Runa e quem transita na na EN9 sejam penalizados porque pagam os impostos e pagam as oficinas onde arranjam os carros. É uma das piores estradas do distrito de Lisboa.-----

-----Alertou que a Junta da Carvoeira tem protestado sistematicamente junto do IP sobre o corte dos arbustos e vegetação que constituem perigo para os utentes mas nunca obtiveram resposta. Espera agora que, como o Troféu Joaquim Agostinho passa ali, algo seja feito.-----

-----Concorda com as exigências que constam na moção mas gostava de saber se a estrada vai ser recuperada ou se só vão remendar o tapete, que não é o que pretendem e por isso querem fazer o acompanhamento das obras.-----

-----Disse que há pessoas na sua freguesia sensibilizadas para fazerem parte de uma comissão de utentes para acompanhar a obra e para terem conhecimento do que vai ser feito.-----

-----O **Sr. João Pedro Gomes** disse que o CDS-PP concorda integralmente com a moção e votam a favor já que o estado de conservação daquela estrada é lastimável, coloca em perigo quer a segurança de pessoas, quer das viaturas e urge quanto antes ser reparada.-----

-----Associam-se ao voto e esperam que muito em breve aqueles 14 kms de estrada sejam devidamente reparados, porque é uma injustiça se não forem.-----

-----O **Sr. Marco Claudino** referiu que também subscreve a moção e questionou o edil qual foi a resposta da IP porque não tem conhecimento.-----



-----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a moção de protesto e indignação em título.-  
-----Sobre este assunto o **Sr. Presidente da Câmara** informou que reuniu com o Sr. Secretário de Estado no sentido de sensibilizar o governo para a antecipação do cronograma definido pela IP, SA que aponta que a requalificação da estrada em 2019, seja antecipada para 2017/2018.-----  
-----Mais informou que não sabe qual o projeto mas as equipas estão a estudar financiamento para o troço Merceana/Torres Vedras e partilhará com a assembleia quando tiver mais dados.-----  
-----Pedi novamente a palavra o membro **Marco Claudino**, para registar uma diferença de atitude questionando se o edil não estava solidário com a posição que o então Presidente Carlos Miguel assumiu há um ano atrás, quando “exigiu obras na EN9 já”. Acha que a Câmara Municipal não deve alterar o seu posicionamento face às cores dos governos, já que agora diz ”talvez em 2018”.Referiu que o mesmo se aplica aos convites para a Feira de S. Pedro que foram só para membros do PS.-----  
-----Questionou se já há alguma novidade em relação ao Tribunal de Trabalho que já se exigia ao anterior governo.-----  
-----O **Sr. Presidente da Câmara** explicou que a sua posição em relação a estas matérias no seio da Assembleia Municipal é informar o que lhe foi transmitido, e à Assembleia cabe a discussão. Aproveitou para questionar o que fez o membro em relação à EN9, enquanto foi assessor de um Secretário de Estado. Que ele saiba pouco ou nada. -----  
-----Assegurou que é dentro do ponto de vista institucional, independentemente da cor do governo, que trabalham com vista a resolver os problemas. Esta via preocupa-os e estão a trabalhar com toda a seriedade para tentar reduzir os tempos de execução que foram aprovados pelo IP.SA, mas ao dia de hoje não sabe garantir a data, mas a autarquia tudo tem feito para que esta via seja requalificada antes de 2019.-----  
-----Quanto aos convites, informou que os membros da Assembleia são sempre convidados, em função do trabalho institucional feito pela Câmara Municipal de Torres Vedras.-----  
-----Nos termos do art.º 23.º do Regimento foi dada a palavra ao **Público**.-----  
**COIMA APLICADA PELA PROMOTORRES:**-----  
-----O Município **João Fernando Ferreira Fonseca** começou por indicar que reside na Rua Teófilo Braga, em Torres Vedras, numa zona em que foi concedido uma bolsa para estacionamento para residentes e que no dia 30 de outubro de 2015 recebeu uma coima com o motivo “estacionamento em cima do passeio” na sua viatura que tem afixado no vidro o dístico para residentes.-----  
-----Disse que tentou falar com o agente autuante, mas não conseguiu.-----  
-----Deu nota ainda que no dia 2 de novembro apresentou uma reclamação junto da Promotorres, devidamente fundamentada com plantas da zona e da construção do prédio. Passados 4 meses a resposta da Promotorres ainda era que o assunto estava em estudo. Em março de 2016, reiterou o seu pedido. Na passada semana passada foi então notificado, com a seguinte informação” segundo o

parecer da Câmara Municipal datado de 14 de março de 2016, o local onde o veículo se encontrava estacionado não é considerado espaço de estacionamento”.

-----Lamentou que a notificação, além de conter erros ortográficos que são inadmissíveis, não está assinada. Tem um rabisco.

-----Dirigiu-se à Promotorres para consultar o processo de aplicação da coima e o parecer da Câmara mas obteve a resposta de que para ver o parecer teria que se deslocar à Câmara e não tinham autorização para prestar informações.

-----Lamentou que sendo o interessado, recusaram informações sobre o seu processo.

-----Lamentou ainda que se dirigiu à Câmara Municipal, onde o informaram que a existir um parecer, devia estar na Promotorres.

-----Durante 20 anos sempre foi local de estacionamento, e existe lá um sinal “P” que segundo o Código da Estrada significa parque de estacionamento e não é “P” de pago e também uma máquina para as pessoas tirarem o ticket.

-----Reforçou que toda esta situação foi devidamente documentada junto da Promotorres, para além de que, esta zona de estacionamento estar devidamente identificada na planta da zona F publicitada na altura pela Câmara Municipal. No entanto existindo o tal parecer, com a data de 14 março de 2016 tem duvidas se é ou não e a sua intervenção é no sentido de ser esclarecido.

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS NA CIDADE:**

-----O Município *João Fernando Ferreira Fonseca* congratulou-se com as pavimentações que estão a ser efetuadas em algumas artérias em Torres Vedras, e na sequência desse trabalho solicitou para reparem o piso da Rua Bento Gonçalves.

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **ADAPTAÇÃO DE TÁXIS PARA TRANSPORTES DE PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA: CIRCULAR 5603 DA DIVISÃO DE TRANSPORTES E TRÂNSITO:**

-----O Município *Nuno Avelar* disse que os operadores de táxis do concelho de Torres Vedras receberam na semana passada a circular em título, que questiona se os operadores de táxis do concelho estão interessados em proceder à adaptação de um táxi de forma a transportar pessoas com mobilidade reduzida.

-----Esclareceu que “mobilidade reduzida” se refere só aos que precisam de cadeira de rodas.

-----Esclareceu ainda que já há um neste município, atribuído há 6 anos, que nunca faz esse serviço, lembrando que durante décadas todos fizeram muitos serviços de cadeiras de rodas, mas passou tudo para o “Porta a Porta da autarquia e para os Bombeiros.

-----Entendem que não é preciso um táxi adaptado e o que vai acontecer é mais uma vez aumentar a frota, que já tem mais do dobro das necessidades.

-----Disse que a autarquia não fez nenhum estudo, antes de tomar esta medida e como não conseguiram falar com o Vereador do Sector, Sr. Hugo Lucas, trouxeram hoje aqui o assunto.-----

-----Precisam que a autarquia dê atenção a este assunto e estão sempre ao dispor para dialogar mas entendem que é um absurdo que se atribua mais um para juntar ao outro que não tem nada para fazer, ainda por cima a uma frota que tem mais do dobro das necessidades.-----

-----Aproveitou para solicitar que a Câmara fiscalize e reponha a ordem a nível dos distintivos, cor padrão, pois há uns táxis que não estão a respeitar. Também há um com o n.º 52 que diz que é de Torres Vedras não sendo.-----

-----Aproveitou ainda para referir que todos os anos pelo Carnaval a frota de Torres Vedras, é triplicada, com muitos táxis do concelho, de fora e até de Lisboa. Nessa altura têm falado com a polícia que diz não ter tempo, e há que pedir ao Comando de Loures para que seja feito um reforço.-

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**POLUIÇÃO – CIRCOS:**-----

-----O *Sr. Nuno Avelar* alertou que quando vêm circos a Torres Vedras, metem 4 mangueiras de grande de secção a escoar para o rio. A Câmara Municipal licencia e deve receber alguma taxa mas não fiscaliza esta situação que acontece sempre.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Teve início o Período da ordem do dia.-----

**PONTO 1- APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2015 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRES VEDRAS;**-----

-----Presente relatório de atividades da comissão, remetida através do ofício 115/16 que consta da documentação lida na sessão ordinária de 21 de abril último.-----

-----Tomou a palavra o *Sr. Paulo Valentim* começando por dizer que o Grupo Municipal do PS fez uma apreciação do relatório e fez uma síntese dos aspetos mais importantes, que se transcrevem: ---

-----“**Apreciação (sumária) do relatório de atividades da CPCJ de Torres Vedras de 2015.**-----

-----A – APONTAMENTOS.-----

-----1) Normativo regulamentar específico (Ponto 1 Data da Portaria).-----

-----Consideramos que a portaria que lhe é aplicável data de 30/12/2000 (Reorganização da CPCJ de Torres Vedras, e mais atual), e não a data mencionada (data da instalação).-----

-----2) Reuniões da Comissão Alargada (CA) (Ponto 2.5.1 e 2.5.2)-----

-----A CA continua a não reunir com a periodicidade mínima estabelecida na lei. Razão invocada: “indisponibilidade de meios”. Que meios são esses? Sala, mesas, cadeiras?-----

-----3) Projeto “Tecer a prevenção” proposto pela CNPCJR (Ponto 3.4.1)-----

-----Em 2014 a CPCJ estava a “desenvolver o Projeto”. Em 2015, nada responde quanto à fase de execução em que o mesmo se encontra.-----

- 4) “Mês de prevenção dos maus tratos” (MPMT) (Ponto 3.5.1)-----  
-----Tal como em 2014, a CPCJ não aderiu ao MPMT.-----  
-----Pergunta-se porque não adere a CPCJ de Torres Vedras a estes projetos?-----
- 5) Comissão Restrita (CR)-- n2 de membros (Ponto 4.1 e Relatórios extraídos da aplicação pag, 2)-----  
-----No ponto 4.1 é indicado que são nove; contudo, no mapa anexo, a composição nominal só menciona seis. Em que ficamos?-----
- 6) Registos em aplicação informática (Ponto 4.12.5)-----  
-----Constatamos positivamente que a inserção de registos passou para “Efetuados sempre que surgem novas situações ou diariamente”, ao contrário de 2014 em que era “mensalmente”.-----
- 7) Apoio do município art2 142 da Lei n9 147/99, de 1/9 (na atual redação) (Ponto 5.2.1)-----  
-----Tal como em 2014, continua a ser mencionada a necessidade de um armário. O mesmo armário? Ficamos perplexos!-----
- 8) Caracterização processual (Relatórios pág. 3)-----  
-----Constatamos que o n.º de processos ativos decresceu de 162 (2014) para 92 (2015).-----
- 9) Crianças e jovens acompanhados (Relatórios pág. 6)-----  
-----Continua a ser muito elevado n.º de crianças/jovens de que não se conhece a naturalidade:-----  
-----147 num total de 339 processos. Será da plataforma informática não ter opção de escolha, ou não se sabe essa informação?-----
- 10) Entidades sinalizadoras (Relatórios pág. 15)-----  
-----Tal como em 2014, não se compreende nem se aceita que os serviços da Segurança Social apenas sinalizem 4 situações num total de 339.-----
- 11) Modalidade de contacto (Relatórios pág. 16)-----  
-----Tal como em 2014, de um total de 339 processos, não se mencionam modalidade contacto em 139.-----
- 12) Acompanhamento por escolaridade (Relatórios pág. 19)-----  
-----Tal como em 2014, de 249 processos não consta resposta em 130.-----
- 13) Acordos de promoção e proteção (Relatórios pág. 31)-----  
-----Atenta a relevância que a lei atribui a tais acordos, apenas foram celebrados 19, à semelhança do sucedido em 2014.-----
- 14) Procedimentos de urgência (Relatórios pág. 34)-----  
-----O n.º de situações de urgência foi de 1 (um)?-----  
-----Em 2014 tinha sido de 0 (zero).-----
- 15) Outros quadros anexos ao relatório.-----  
-----Comparem-se com os homólogos de 2014. Não há análise de comparação de evolução.-----

-----B CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES:-----

-----Em parte significativa, mantém-se atuais as conclusões e recomendações constantes da apreciação aprovada pela Assembleia Municipal relativamente ao relatório de 2014, pelo que não fará sentido efectuar aqui um exercício de repetição.-----

-----Recomenda-se que o relatório anual seja acompanhado de uma síntese crítica e uma análise estatística comparativa com anos anteriores com as respetivas conclusões.-----

-----Torres Vedras, 27 de Junho de 2016”-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** pronunciou-se sobre o documento apresentado já que o elemento do PSD que faz parte da comissão não está presente, dizendo que são factos que foram referenciados e estão bem explicitados.-----

-----Tem noção concreta da realidade, pelo contacto diário com várias CPCJs de vários municípios das redondezas, e tem a sensação que o funcionamento destas aparenta ser mais dinâmico.-----

-----Lembrou que no ano passado quando houve imensa polémica, apareceram no centro histórico artefactos publicitários no terreno sobre a CPCJ mas parece que foi “sol de pouca dura”.-----

-----Assim comunga, não apenas pelas evidências que o relatório transmite, mas por um aspeto mais genérico e se calhar intuitivo que na CPCJ de Torres Vedras algo poderá ser melhorado. Os procedimentos não diferem muito do que consta do relatório de 2014.-----

-----A **Sra. Teresa Oliveira** anunciou que faz parte da comissão alargada, juntamente com a Cláudia Ferreira, Cristina Abreu e Ana Fiéis. Quando viu o agendamento pensou que iam trazer alguém da comissão restrita para esclarecer, porque se tratam de questões muito técnicas. Fazendo parte da comissão não sabe esclarecer a grande maioria das questões e pensa que os outros elementos que estão presentes também não.-----

-----No entanto sabe que o relatório é feito numa plataforma e não se consegue alterar o normativo legal.-----

-----Quanto à realização das reuniões da comissão alargada esclareceu que não há disponibilidade dos membros, mas até agora já se realizou mais uma do que no ano passado e estão a tentar ultrapassar esta questão e fazê-las mensais.-----

-----Quanto à questão da naturalidade esclareceu que a grande maioria dos casos que são sinalizados à CPCJ não informam a naturalidade da criança e se forem arquivados não há possibilidade de saber.-----

-----O membro **José Augusto de Carvalho** disse que fez uma análise conjunta do relatório com o membro Paulo Valentim tão objetiva quanto possível e as inconsistências são inquestionáveis porque constam do relatório.-----

-----Sabe que o relatório é feito numa plataforma, mas é feito pela CPCJ, sendo evidente que obedece a uma formatação, mas dentro desta introduz-se ou não os dados.-----

-----Há muitas situações detetadas e criticadas pela Assembleia Municipal relativamente ao relatório

de 2014 que transitaram para o ano seguinte. Ocorrem algumas alterações mas poucas.-----

----Quanto à periodicidade das reuniões da comissão alargada é uma exigência da Lei 147/99 e não podem invocar indisponibilidade de meios a não ser a terminologia não esteja correta.-----

----Nesta insuficiência que o relatório evidencia, o mais preocupante é que traduza a insuficiência da atividade da comissão, já que por lei o relatório é submetido à Assembleia.-----

----Podem ser benévolos e admitir que o ano de 2015 é o ano de transição dado que a Lei 147/99 foi revista em setembro de 2015, e entrou em vigor em 1 de outubro, mas o relatório de 2014 e de 2015 não os tranquiliza.-----

----A **Sra. Susana Neves** disse ser uma decepção voltarem a avaliar um relatório que mais não acrescenta ao relatório do ano anterior. Fica com uma sensação de uma perda de tempo e energia quando no ano passado aqui o discutiram.-----

----Assinalou que o relatório não tem um foco principal, da pessoa principal, que é a criança. Não há diagnósticos, ou seja não estão evidenciados os mais comuns e com mais afetação, o tipo de intervenções, a forma de intervir e os resultados dessa intervenção. Como é que é possível uma comissão não fazer um trabalho de profilaxia, porque é na prevenção que conseguem diminuir quer a negligência quer comportamentos sociais de risco. Não têm que só intervir, têm que prevenir o que é fundamental, o que neste relatório é zero.-----

----Não percebe que, sendo a Segurança Social o organismo de primeira linha para intervir em casos de negligência, têm quatro sinalizações e questiona o que são os procedimentos de urgência, pois entende que qualquer situação que afete uma criança é sempre urgência.-----

----Manifestou ainda alguma desconfiança quanto ao número de processos, que também decresce. Se calhar há muito trabalho que está por fazer, há muitas situações de negligência omitidas, o que é preocupante.-----

----A Presidente da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, **Sra. Cristina Abreu**, disse que iria intervir também em nome do outro elemento da comissão alargada, Ana Fiéis.-----

----Fazem parte da comissão alargada, mas do ano passado para este ano não têm mais do que aquilo que já tinham. Quase nada ou nada.-----

----A nível de problemáticas e situações concretas, embora não possam concretizar os nomes, as moradas, ou as nacionalidades relativamente aos processos, continuam sem substância daquilo que é a CPCJ em Torres Vedras. Sabe que estas comissões espalhadas pelo país inteiro estão mal, não são vistas com bons olhos, precisamente pelos relatórios parcos que existem e pelas matérias que neles são vertidos.-----

----No que diz respeito à CPCJ de Torres Vedras, é por demais preocupante fazer de conta que está tudo bem. Não consegue perceber que falta de meios se referem para não se realizar reuniões da alargada, já que se foram convocados os elementos comparecem, percebe se for indisponibilidade de

meio físico, o que também não acredita ser o caso.-----

----Continuam a bater na mesma situação dos números, mas as problemáticas do concelho, e de cada uma das freguesias não são conhecidas.-----

----Lamentou que os presidentes de junta não sejam consultados para tentar a resolução ou fazer a “ponte” em algum assunto, pois tentam-se canalizar os problemas automaticamente para o órgão máximo que é o Tribunal quando existe uma CPCJ que deveria servir de intermediário para evitar isso. Não está a ser feito e a Sra. Presidente da CPCJ continua a agir como se não existissem outras pessoas nomeadamente dentro da comissão alargada.-----

----Se as reuniões continuarem nos moldes que estão a ser feitas, podem terminar as suas funções que são nenhuma, embora já tenham proposto uma ação junto da população, para que percebam qual o papel da CPCJ e se sintam mais próximas deste órgão.-----

----Concluiu dizendo que também é preciso abertura por parte da Presidente da CPCJ para o efeito que não tem existido até ao momento.-----

----O Sr. **José Augusto de Carvalho** pediu novamente a palavra para informar que o elemento do PS que fazia parte da Comissão Alargada, Claudia Sofia Horta Ferreira, por indisponibilidade profissional seria substituída por Paulo Dinis Faustino Valentim.-----

----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, tomou conhecimento do relatório em título assim como da apreciação transcrita, através da qual mantém as conclusões e recomendações aprovadas em 2015, aquando da apreciação do relatório de 2014, e recomendam que o relatório anual seja acompanhado de uma síntese crítica e uma análise estatística comparativa com anos anteriores com as respetivas conclusões.-----

----Designou Paulo Dinis Faustino Valentim para substituir Claudia Sofia Horta Ferreira na Comissão Alargada, do qual será dado conhecimento à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras.-----

**PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO N.º 1 DO ART.º 25 DA LEI 75/2012 DE 12.09 NA SUA ATUAL REDAÇÃO;**-----

----Presente ofício número 5516 da Câmara Municipal de 16 de junho a remeter o projeto de alteração ao regulamento em título.-----

----Foi dada a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara**, o qual anunciou que faria uma abordagem conjunta dos pontos 2 e 3, relevando desde logo o facto de serem dois instrumentos de gestão numa área do município que é extremamente importante, e que na vertente das taxas visa encontrar sinergias com majorações positivas-----

----Reportando-se ao regulamento de taxas, salientou que foi um processo altamente participativo, e

que envolveu o Executivo através de uma comissão de acompanhamento à qual agradeceu o contributo, composta pelos Vereadores Sérgio Cipriano, Hugo Martins, Sérgio Galvão e Bruno Ferreira, para encontrarem o melhor modelo para determinadas tipologias de investimentos no território, reduzindo na globalidade as taxas em 20%, numa área que têm cada vez mais que promover que é a construção sustentada. -----

----Explicou ainda que num segundo momento envolveram os grupos municipais com assento na Assembleia Municipal, realizando reuniões de esclarecimento das alterações aos dois regulamentos e depois a discussão pública que decorreu durante um mês com um conjunto de prestações positivas.-----

----Por último registou uma palavra de apreço ao Arq.º Cesar de Deus e Dra. Catarina Avelino pela colaboração prestada para chegarem ao dia de hoje e terem estes dois instrumentos de gestão fundamentais, com uma visão estratégica para o território, sem prejuízo da Assembleia Municipal ainda se poder pronunciar.-----

----O **Sr. João Bastos** começou por agradecer o convite que foi feito aos grupos municipais para as reuniões de esclarecimento, após as quais fez sugestões no âmbito da discussão pública.-----

----Relativamente ao regulamento das taxas, salientou a redução de 25% que lhes apraz registar, na T.M.U (Taxa Municipal de Urbanização).-----

----Salientou também que as compensações em numerário por não entregarem equipamentos e espaços verdes, passa de 5 a 6 fogos. O PSD vai votar a favor mas não lhes parece muito bem nas compensações 5 fogos pagar 0 e 6 pagar de 6 fogos. Está desajustado e por uma situação de justiça devia ser feita com uma progressão até chegar a 6.-----

----De seguida reportou-se à questão dos empreendimentos em que já existe área construída, e entende que a área existente já cumpriu as regras e devia ser retirado do valor da taxa a pagar. Esta situação das construções existentes deve ser reajustada no futuro.-----

----A **Sra. Claudia Ferreira**, assinalou que as alterações assentam no rigor e simplicidade administrativa, na sustentabilidade ambiental, no investimento e na reabilitação geradora de mais valor e criação de postos de trabalho, na redução geral das taxas e em mais isenções de licenciamentos em determinadas obras.-----

----Diminui os encargos para os cidadãos o que é de saudar.-----

----Expressou os seus parabéns à Câmara Municipal pela forma como conduziu o processo ativo, onde todos os vereadores disseram presente, assim como a Assembleia Municipal cujos representantes dos grupos municipais, depois dos esclarecimentos apresentaram sugestões.-----

----Expressou ainda o seu obrigado à Câmara por esta abertura a ter em conta para processos futuros.-----

----O representante do Grupo Municipal do PCP, **Sr. João Bernardes** reportou-se ao RMUE, art.º 9



alínea c), onde é considerado com impacte urbanístico relevante edificações para indústria com a área bruta de construção igual ou superior a 25.000 m<sup>2</sup>, quando era de 10.000m<sup>2</sup>, alteração que lhes parece excessiva.-----

-----Parece-lhe que os benefícios inerentes a esta alteração são exagerados. Poderão argumentar que poderá ser uma forma de trazer investimento para o concelho, mas haverá outras formas.-----

-----Assim, o Grupo Municipal do PCP vai se abster no ponto 2 e votar a favor no Ponto 3.-----

-----Teve de seguida a palavra o **Sr. Vale Paulos** que começou por mencionar que o Decreto Lei 136/2014 de 09-09, altera pela 13ª vez o DL 555/99 de 16-12 e veio exigir a alteração aos dois regulamentos em discussão.-----

-----Anotou que estas alterações assentaram fundamentalmente no rigor e simplicidade administrativa, na promoção de sustentabilidade ambiental, na promoção ao investimento e na reabilitação geradora de mais valor e criação de postos de trabalho e na redução geral das taxas e mais isenções de licenciamentos em determinadas obras.-----

-----As alterações no RMUE desenvolvem-se nas seguintes medidas: Art.º 5º- Isenção de controlo prévio com acompanhamento da Fiscalização Municipal em obras que, atentos os valores e interesses urbanísticos a salvaguardar, diminuindo os encargos aos requerentes;-----

-----Art.º 7º- Mais obras de escassa relevância urbanística com introdução de três novas tipologias nas obras de alteração, bem como na simplificação administrativa, na não exigência de documentos não expressos na lei, nomeadamente as relações entre condomínios;-----

-----Art.º 9- Melhoramentos no Impacto urbanístico relevante- redefinição das Obras de edificação de impacto relevante, diminuindo os encargos para os requerentes, promovendo o investimento e incentivando a localização de indústrias em espaços industria;-----

-----Art.º 10 – Consulta pública de obras de edificação que a Câmara entenda relevante;-----

-----Art.º 20-A. Simplificação de procedimentos de legalização (documentos injustificáveis), beneficiando o requerente com menos encargos, nomeadamente nas obras executadas sem licença ou comunicação prévia;-----

-----Art.º 25º- Simplificação dos procedimentos de alteração de utilização e de alteração da Propriedade Horizontal;-----

-----Art.º 88º- Reformulada a Taxa Municipal (TMU) no sentido da redução das taxas urbanísticas, em média de 20%, podendo ir em certos casos até 25%, com o objetivo em atrair investimento;-----

-----Art.º 91º- Aperfeiçoar a fórmula de cálculo das compensações, reduzindo as taxas urbanísticas com o objetivo de atrair investimento gerador de mais valor e emprego;-----

-----No que se refere ao Regulamento das Taxas assinalou o Art.º 17º- Medida inovadora na redução das taxas em função da eficiência energética melhorada em obra de edificações, isto é: - Melhoria no desempenho energético ao longo do desenvolvimento da obra, tendo por base o Pré-Certificado

Energético emitido pela Entidade Gestora, aquando da atribuição da classe Energética na fase do Projeto, se vier a verificar no fim da obra que o desempenho melhorou, além de reduzir a fatura energética anual, o ambiente agradece, contribuindo para uma melhoria na classificação de eficiência energética, reduzindo os encargos para os requerentes, podendo atingir até 90% da redução deste tipo de taxas;-----

----Por fim deu nota que as alterações foram submetidas à consulta pública para recolha de sugestões durante 30 dias e foram promovidas duas sessões de esclarecimento com projetistas a 24 de Maio e com membros da Assembleia Municipal a 30 e 31 de Maio.-----

----Em conclusão frisou que se tratou de um bom trabalho desenvolvido por uma boa equipa técnica, liderada superiormente pelo Vereador Bruno Ferreira e acompanhados por uma representação do Executivo, gerando dois documentos consensuais.-----

----Teve a palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para responder a algumas das questões colocadas:--

----O Edil começou por agradecer o contributo de todos neste processo.-----

----Quanto às sugestões do membro João Bastos assegurou que seriam tidas em conta, e depois de perceberem as dinâmicas que resultarão destes dois regulamentos, estarão em condições de avaliar e solicitou que as fizesse chegar por escrito para uma futura revisão.-----

----Quanto à intervenção do PCP disse que, do ponto de vista técnica foi o que entenderam ser razoável em termos de área, fruto da experiência que têm.-----

----Por último disse que acha essencial que estes dois instrumentos sejam devidamente dados a conhecer à população.-----

----Não se registaram mais intervenções pelo que o documento foi colocado à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 34 votos a favor e 4 abstenções, o projeto de alteração ao Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação do Município de Torres Vedras.--

Anota-se que se abstiveram os membros do PCP e encontrava-se ausente António Moreira.-----

**PONTO 3 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE LIQUIDACÃO E COBRANÇA DE TAXAS E EMISSÃO DE LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ART.º 25 DA LEI 75/2012 DE 12.09 NA SUA ATUAL REDACÃO;**-----

----Presente ofício número 5515 da Câmara Municipal de 16 de Junho, a remeter ao projeto de alteração ao regulamento em título.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Emissão de Licenças do Município de Torres Vedras.-----

**PONTO 4 – AUTORIZAR A CONTRATACÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA OBRA DE REQUALIFICACÃO DO PARQUE MUNICIPAL**

**DE SANTA CRUZ – 1.ª FASE ATÉ AO MONTANTE DE €300.000,00, NOS TERMOS DA ALÍNEA F) DO Nº 1 DO ART.º 25 DA LEI 75/2012 DE 12.09 NA SUA ATUAL REDACÇÃO;--**

-----Presente ofício 5512 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 16 de Junho a remeter o processo em título para a devida autorização, uma vez que a Câmara Municipal em sua reunião de 16.06.16 deliberou selecionar a proposta apresentada pelo BPI com taxa indexada à Euribor a 12 meses, acrescida de um spread de 0,85%, periodicidade de pagamentos de juros trimestral e reembolso de capital em prestações trimestrais iguais e sucessivas.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve apresentação deste ponto e do seguinte, já que se trata de dar continuidade aos processos já iniciados. Conseguiram boas condições através do BPI para estes dois investimentos que são importantes para o território.-----

-----O *Sr. Vítor Fernandes* interveio no sentido de dizer que a bancada do PSD dá um voto de apreço pelas obras de requalificação do parque em causa, que só peca por ser tardia.-----

-----Aproveitou para questionar quais os eventos que já foram realizados em Santa Cruz do programa 365 para além dos já enunciados e que na sua maioria são repetições dos anos anteriores. Ficam sem saber se são 365 horas ou 365 dias.-----

-----Aproveitou igualmente para questionar quais as sinergias efetivas já criadas entre a autarquia e os empresários locais com o objetivo de promover o território e a atração do turismo em Santa Cruz, pois entendem que Torres Vedras e Santa Cruz merecem mais do que tem sido feito.-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes* disse que o CDS-PP concorda que esta requalificação perca por tardia e há que aproveitar esta oportunidade. Entendem que este parque requalificado e devidamente reabilitado pode ser uma âncora de eventos e atividades, num plano integrado para atrair mais pessoas e turismo e dar alguma vida a Santa Cruz que ultimamente se tem perdido e vão votar a favor.-----

-----Acabadas as intervenções passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a contratação de empréstimo de longo prazo junto do BPI para financiamento da obra de requalificação do Parque Municipal de Santa Cruz – 1.ª fase até ao montante de €300.000,00.-----

-----Não se encontrava presente António Martins Moreira.-----

**PONTO 5 - AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DO TURCIFAL, ATÉ AO MONTANTE DE €1.100.000,00, NOS TERMOS DA ALÍNEA F) DO Nº 1 DO ART.º 25 DA LEI 75/2012 DE 12.09 NA SUA ATUAL REDACÇÃO;-----**

-----Presente ofício 5513 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 16 de junho a remeter o processo em título para a devida autorização, uma vez que a Câmara Municipal em sua reunião de 16.06.16 deliberou selecionar a proposta apresentada pelo BPI com taxa indexada à Euribor a 12

meses, acrescida de um spread de 0,85%, periodicidade de pagamentos de juros trimestral e reembolso de capital em prestações trimestrais iguais e sucessivas.-----

-----Pedi a palavra a líder da bancada do PCP, *Sra. Teresa Oliveira* declarando que a bancada irá votar a favor esta autorização. Conhece bem as escolas da freguesia do Turcifal e sabe que estão a necessitar de um novo equipamento. -----

-----Disse ainda que estavam com dificuldades de perceber as prioridades da Câmara Municipal, dado que no orçamento para 2015 foi aberta rubrica com €1 para os centros escolares de S. Pedro da Cadeira, A-dos-Cunhados e Freiria, mas não se falou do centro escolar do Turcifal que aparece agora à frente dos outros três.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a candidatura para a Escola de S. Pedro da Cadeira está aprovada, e estão a ultimar concurso para execução da obra. Assegurou que o Turcifal não passou à frente de S. Pedro da Cadeira.-----

-----Relativamente à Freiria, estão em diálogo com o Ministério da Educação existindo a dotação de €200.000,00 em orçamento de estado para o projeto. Também está em curso o projeto para A-dos-Cunhados, um dos maiores centros educativos do concelho, que deverá estar finalizado para o final do mês que vem.-----

-----Fez notar que a rubrica com €1 já deu mais qualquer coisa, e sendo o Centro Escolar do Turcifal uma tipologia de escola mais pequena, do que as já citadas e havendo condições para fazerem empréstimo, entenderam que estavam em condições de avançar.-----

-----Conclui dizendo que pretendem chegar a 2020 com um centro educativo em todas as freguesias do concelho e é nesse modelo que estão a trabalhar.-----

-----Não se registaram mais intervenções e o Presidente da Mesa submeteu o assunto à votação. ----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a contratação de empréstimo de longo prazo junto do BPI para financiamento da obra de construção do Centro Escolar do Turcifal, até ao montante de €1.100.000,00-----

-----Não se encontrava presente António Martins Moreira.-----

**PONTO 6 – CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21.02 – CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM O CLUBE DE TÊNIS DE TORRES VEDRAS;**-----

-----Presente ofício número 5514 da Câmara Municipal de 16 de junho, a remeter a minuta em título, tendo presente a competência da Assembleia Municipal nesta matéria.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* lembrou que através deste modelo celebração de contratos programas de desenvolvimento desportivo a Câmara já apoiou financeiramente os relvados sintéticos e a pista de atletismo do Paúl e dentro da diversidade do ponto de vista desportivo,

estavam agora em condições de dar um impulso positivo na área do ténis em pareceria com este clube da cidade de Torres Vedras, devido ao seu histórico e reconhecimento na área da formação.----

----Informou que no ano transato liquidaram 6 campos relvados e este ano vão liquidar outros três.--

----Mais informou que a proposta que receberam do Clube de Ténis de Torres Vedras foi para a cobertura e iluminação de 3 campos de ténis para melhorar a oferta e construção de 2 campos de Padel, no sentido de trazer esta nova valência desportiva para Torres Vedras. Entenderam que é uma mais valia para a cidade numa modalidade que tem vindo a crescer. -----

----A **Sra. Teresa Oliveira** anunciou que o Grupo Municipal que lidera é a favor da promoção de todo o desporto mas este pedido de autorização causa-lhes muita apreensão e vão votar contra.-----

----Parece-lhes que não houve concurso para o empréstimo bancário, nem nenhum concurso público para a obra.-----

----Reportou-se ao objetivo do programa que constam do anexo I, n.º 1 “promover o desenvolvimento da modalidade de ténis, com início na época 2016/2017, por um período de dez épocas”, para questionar como será após este período.-----

----Relativamente aos objetivos que constam do n.º 2, não percebe o que vão aumentar, incrementar ou melhorar, pois é tudo muito vago. Diz aumentar o número de alunos mas não sabem quantos existem, o mesmo em relação à taxa de utilização.-----

----Quanto à alínea a) n.º 2 questionou também se vão disponibilizar os espaços aos alunos do concelho.-----

----Assim e porque acham que a informação disponibilizada é muito vaga o PCP vai votar contra.---

----O **Sr. João Pedro Gomes** pese embora o trabalho meritório do Clube de Ténis de Torres Vedras disse concordar em parte da intervenção do PCP, pois trata-se de um contrato programa com um prazo de execução de 10 anos no valor de €440.000,00 e que há muita coisa que não está ainda bem definida.-----

----Entendem que este investimento acaba por ser desproporcional para o retorno que dará à sociedade e existem outros tipos de prioridades que não esta e, também votará contra.-----

----O **Sr. Marco Claudino** anunciou que também partilhava de algumas das dúvidas manifestadas pelos intervenientes anteriores.-----

----Questionou qual foi o critério que presidiu à decisão da Câmara em atribuir um financiamento para uma cobertura dos campos do Clube de Ténis de Torres Vedras, se foram levantadas as necessidades de equipamentos desportivos do município em cada freguesia e quais as áreas mais carentes no concelho, que os tenha levado a optar pelo Clube de Ténis uma vez que não têm nenhum relatório sobre isso.-----

----Têm um relatório que foi entregue no dia 9 de julho à autarquia, após uma carta de dia 2 e três semanas depois veio à Assembleia, no que acha que foram os €440.000,00 mais rápidos da história.-

-----Questionou ainda qual a base legal que fundamenta o facto do prazo de execução do programa ser 10 anos, quando na informação jurídica diz que o prazo máximo de validade é 4 anos.-----

-----Fez notar que o edil disse que é um modelo igual aos campos relvados, mas não é, uma vez que se trata de um imóvel do município, que está concessionado, questionando qual a razão de não ser o município a abrir concurso público e fazer a obra. O Grupo Municipal do PSD não vê nenhuma razão para que o proprietário, não faça a obra. Nos campos relvados as associações são proprietárias dos terrenos, portanto não é um modelo igual.-----

-----Inquiriu qual o prazo para execução da obra, uma vez que há uma clausula que refere a obrigação do município verificar o prazo, mas esse prazo não é referido.-----

-----Inquiriu ainda qual o aumento expetável de horas praticadas.-----

-----Quanto à construção dos campos de Padel, é para incrementar o aumento da prática de uma modalidade que está em crescendo e não vêm problema.-----

-----No tocante à cobertura e analisando as fotos que lhes foram facilitadas, gostaria de saber se os serviços camarários foram consultados sobre a parte paisagística e se emitiram parecer.-----

-----Concluiu dizendo que nesta fase têm muitas dúvidas e algumas questões e gostaria de saber quanto vai aumentar o número de praticantes com este investimento.-----

-----O **Sr. Vítor Fernandes** questionou se existe carta desportiva do município.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que se trata de um contrato programa para promoção de e desenvolvimento do desporto. Cabe ao Clube de Ténis ir junto do mercado ver as melhores condições, como foi feito com os contratos programa já referidos. A obra será feita através de concurso público e após esta autorização da Assembleia o processo será remetido ao Tribunal de Contas para obtenção do visto. -----

-----Assegurou que serão dados todos os passos legais em relação a este processo.-----

-----Não sabe dizer se o número de praticantes vai duplicar após este investimento mas sabe que têm à data 170 atletas na área do ténis, que corresponde a 10% dos praticantes de futebol, o que já consideram muito relevante.-----

-----Fez notar que no Inverno é quase impossível praticar esta modalidade e com a cobertura os campos podem ser utilizados nos 365 dias do ano sendo esse um dos grandes objetivos, apostando na formação e rentabilizando este investimento. Irão ter esses dados quando tiverem toda a infraestrutura operacional.-----

-----Relativamente à propriedade é como os Paulenses que também estão em direito de superfície e o processo de licenciamento está a decorrer nos serviços camarários, dentro da normalidade, sendo que neste ponto do agendamento estão só a autorizar o compromisso plurianual.-----

-----Esclareceu aos dia de hoje não existe Carta Desportiva do Município mas no futuro podem dar o seu contributo para que seja uma referência.-----

-----Disse ainda que Torres Vedras é dos territórios, do ponto de vista eclético de modalidades a várias escalas, uma referência a nível nacional, que se deve muito ao trabalho que as associações do concelho desenvolvem, mas também se deve ao apoio por parte da autarquia -----

-----Reforçou que para a Câmara Municipal é prioridade a formação em todas as modalidades, e o ténis não irá ficar de fora. Neste momento entenderam que havia possibilidade de se avançar com este investimento, que foi consensual no seio do Executivo, apenas a CDU votou contra e através dele espera dar espaços de melhor qualidade, para a formação dos jovens e introduzir a prática de uma nova modalidade.-----

-----Pedi novamente a palavra o membro **Marco Claudino**, dizendo que o edil não esclareceu nenhuma questão concreta que lhe foi colocada.-----

---Não está em causa a promoção do desporto e sabe que esta não era uma das prioridades deste mandato, porque então não estavam a votar este assunto porque constava do PPI.-----

-----Poderá existir um processo mais antigo mas na documentação que foi disponibilizada, não há nenhuns indicadores.-----

-----Ainda relativamente às prioridades disse para o edil questionar a cada um dos presidentes de junta se não têm nos seus territórios parque desportivos ou equipamentos a precisar de melhorias.----

-----O que existe é uma “pesca à linha” e não lhes é indiferente o valor de €400.000,00 envolvido neste contrato programa. Em termos comparativos lembrou que o orçamento participativo vale €250.000,00. Aquilo que parece é um Presidente de mãos largas que se arrisca a deixar os cofres vazios e a qualquer pedido concede.-----

-----Assim propõem que a Câmara Municipal, retire hoje o projeto no sentido de ser reformulado com melhor fundamentação, na certeza que têm a promoção do desporto como uma prioridade, mas não tem a certeza porque não têm comparação para aferir se a cobertura de um campo de ténis seja o que hoje a Câmara Municipal deve promover.-----

-----Por último questionou quantos pedidos tem a Câmara Municipal para apoiar equipamentos desportivos.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** disse ter presente que o contrato de concessão com o Clube de Ténis foi celebrado pelo prazo de 20 anos. Assim e porque os contratos de concessão têm prazos, pode não haver renovação e pode colocar-se a questão do valor das benfeitorias, que podem reverter a favor do município ou não e há lugar a uma indemnização ao concessionário.-----

-----Atendo o elevado montante que está aqui em causa, parecer-lhe-ia prudente numa óptica de salvaguarda do interesse público que este investimento ficasse inequivocamente consagrado no sentido de que no momento que cessasse o contrato, o correspondente a este investimento não dar lugar a qualquer indemnização, pedindo que o edil se pronunciasse antes da votação. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** fez notar que o membro Marco Claudino estava a comparar o

incomparável já que estavam a falar de equipamentos desportivos.-----

----Reforçou que estão a falar de um trabalho desenvolvido ao longo de duas décadas por um clube que tem feito o seu percurso, em prol de uma modalidade desportiva, único no território do concelho de Torres Vedras. É isso que está em causa e querem dar melhores condições para a prática desportiva nesta instituição.-----

----Informou que à presente data têm dois pedidos que se referem à construção de um novo pavilhão na Coutada e a remodelação da cobertura do pavilhão n.º 2 da Física, que estão agendados na reunião de amanhã do Executivo para aprovar o co-financiamento.-----

----Informou ainda que o diálogo com o Clube de Ténis remonta há mais de um ano, com o seu antecessor e honra os compromissos assumidos pelo Executivo da Câmara Municipal.-----

----Quanto à intervenção do Líder da Bancada do PS assegurou que o que estão a propor é exatamente o que fizeram com os Paulenses, em termos de benfeitorias. -----

----Terminadas as votações o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação o assunto em discussão.-----

----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 25 votos a favor, 11 votos contra e 1 abstenção conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da lei 8/2012 de 21.02 – contrato programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Clube de Ténis de Torres Vedras.-----

----Anota-se que votaram a favor os membros do PS, Hélio Gomes e Pedro Bernardes, votaram contra os membros do PSD, do PCP e CDS e absteve-se Ana Cristina Abreu. Encontravam-se ausentes José Manuel Cristovão e António Moreira.-----

**PONTO 7- RATIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL, PARA RESIDENCIAL PARA IDOSOS – BAIRRO DOS FILIPES – AMEAL - FREGUESIA DO RAMALHAL, REQUERIDO POR SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS 01/3548/1997 TENDO PRESENTE A COMPETÊNCIA PREVISTA NA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART.º130.º DO REGULAMENTO DO PDM EM VIGOR:**-----

----Presente ofício número 4547 da Câmara Municipal, de 20 de maio último a remeter o processo em título, para ratificar, sobre o qual em sua reunião de 17.05.2016 e tendo presente o teor do parecer técnico, deliberou, por unanimidade, declarar o Interesse Municipal do pedido, por considerar que a proposta respeita as condicionantes definidas no PDMTV.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que este edifício foi doado pela “Associação Não à Indiferença”, à Santa Casa da Misericórdia, que pretende aproveitar a construção já edificada e alterar/ampliar o projecto para um novo uso – residencial de idosos, o que entende ser justo e apela à Assembleia Municipal para o efeito.-----

----O *Sr. Joaquim Gomes*, começou por informar que o Bairro dos Filipes fica em Vila Facaia e indicou que a bancada do PCP se iria abster. Falou-se em “lar”, mas diz “residencial para idosos” o



que é diferente. Um lar pode ter a componente de centro de dia e residencial não.-----

-----Consideram que este pedido não vai beneficiar os interesses dos idosos da freguesia do Ramalhal. A localização é má, as acessibilidades também não são famosas, não existe estacionamento e interroga-se como vai ser o saneamento já que o edifício fica numa cova.-----

-----Fez notar que os idosos da freguesia do Ramalhal são operários, com reformas baixas e uma residencial para idosos vai custar perto de €2000,00.-----

-----A *Sra. Susana Neves* esclareceu que “residencial para idosos” tem a ver com a nova terminologia da lei a nível da segurança social para este tipo de estruturas.-----

-----Assinalou que este tipo de equipamentos serão uma mais valia face à enorme lista de espera que existe no concelho de Torres Vedras. Tem que haver um recurso para os idosos que está a ser feito através destas estruturas residenciais que são um recurso de última linha, e de momento já não há capacidade de resposta a tantos pedidos que são efetuados.-----

-----A necessidade é significativa e faz sentido que por isso este interesse municipal para esta nova resposta social.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 34 votos a favor e 3 abstenções, ratificar a declaração de Interesse Municipal, para Residencial para Idosos – Bairro dos Filipes – Ameal - Freguesia do Ramalhal, requerido por Santa Casa da Misericórdia, referente ao processo de obras 01/3548/1997.-----

-----Anota-se que se abstiveram os membros do PCP, e encontravam-se ausentes José Manuel Cristóvão e António Moreira.-----

-----Nesta altura e como já passavam cinco minutos para além da hora regimental o Presidente da Mesa auscultou os membros no sentido de tomarem conhecimento dos últimos pontos, o que teve a anuência de todos os presentes.-----

**PONTO 8 - TOMAR CONHECIMENTO DO PROTOCOLO, CELEBRADO PELO MUNICÍPIO AO ABRIGO DA DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS APROVADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 25.11.2015, COM A AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO 2014-2020, O QUAL TEM COMO OBJETO A DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES QUE IMPENDEM SOBRE AS PARTES OUTORGANTES NO ÂMBITO DO CONTRATO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC);--**

-----Presente ofício número 5525 da Câmara Municipal, de 16 de junho, a remeter para conhecimento do Órgão Deliberativo o documento em título.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que apresentaria o ponto 8 e o 9 e informou que o Executivo entendeu dar conhecimento à Assembleia destes dois documentos, que assinaram recentemente e que são plurianuais no sentido de passar a mensagem do que o município está a fazer em duas áreas

que são importantes.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do protocolo, celebrado pelo município ao abrigo da delegação de competências aprovada pela Assembleia Municipal de 25.11.2015, com a autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020, o qual tem como objeto a definição de responsabilidades que impendem sobre as partes outorgantes no âmbito do contrato de gestão estratégica de desenvolvimento local de base comunitária (DLBC).-----

**PONTO 9 - TOMAR CONHECIMENTO DO CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS, CELEBRADO AO ABRIGO DA DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS APROVADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 25.11.2015, ENTRE A AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO E O MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS REFERENTE AO PEDU (PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO);**-----

-----Presente ofício número 5526, da Câmara Municipal de Torres Vedras, a remeter o documento em título, de acordo com o deliberado pelo Executivo em sessão ordinária realizada em 20.05.16.----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do contrato de delegação de competências, celebrado ao abrigo da delegação de competências aprovada pela Assembleia Municipal de 25.11.2015, entre a autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Centro e o Município de Torres Vedras referente ao PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano).---

**PONTO 10 - APRECIACÃO DE UMA INFORMACÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09;**-----

-----Presente informação referente à actividade do município de abril, maio e junho de 2016, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 23.06 é de €2.000.528,85 e o saldo de tesouraria €3.889.584,37-----

-----Iniciou as intervenções sobre este ponto o autarca da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, *Celso de Carvalho*, para registar que o alcatrão voltou às freguesias e já passou na que preside facto que faz público, agradavelmente.-----

-----A *Sra. Marta Geraldés* interveio para reforçar um pedido fez há um ano atrás ao então presidente Carlos Miguel para que fosse disponibilizado aos moradores os horários em que a Rua João Pedro Lopes em Santa Cruz no Verão está encerrada à circulação de veículos, de modo a poderem entrar para as garagens que ficam nesta rua. Com essa informação evitariam serem questionados pela GNR quando tentam entrar com os carros. -----

-----Aproveitou para dizer que lhe custa ver os alunos que se deslocam das escolas S. Gonçalo e

Madeira Torres chegarem à Rodoviária no Parque Regional e chover debaixo daqueles toldos e lembrou que no ano transato tiveram que abrir as portas do pavilhão da Expotorres porque não havia capacidade no Terminal para todos. -----

-----Assim e se fosse possível, já que abrange toda a população solicitou que fosse arranjado.-----

-----O **Sr. Marco Claudino** aludiu à revista sobre a paisagem protegida da Serra do Socorro e Archeira que lhes foi oferecida no início da sessão, parecendo-lhe bem a tentativa de fazer um documento bilingue, no entanto recomendava algum cuidado já que é uma tradução feita através do google e não fica bem ao município apresentar um texto desta natureza. Deviam contratar profissionais para o efeito se querem parecer profissionais e internacionais-----

-----A **Sra. Cláudia Ferreira** disse que a Assembleia Municipal devia ponderar alterar o regimento colocando o período para as intervenções do público no início do período antes da ordem do dia.-----

-----Concluídas as intervenções foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos:-----

-----O **edil** agradeceu as palavras do autarca Celso de Carvalho.-----

-----Relativamente à questão da Rua José Pedro Lopes informou que iria solicitar aos serviços que oficiassem os moradores. Poderá também utilizar a Agenda de Verão para coordenar os horários.-----

-----Ainda sobre Santa Cruz e quanto à questão do membro Vítor Fernandes colocada no ponto 4 relativamente a 365 dias em Santa Cruz, afirmou que é isso que querem e estão muito empenhados no sentido em que o território não seja visto só no período de Verão mas no ano inteiro.-----

-----Informou ainda que está agendado para a reunião de amanhã do Executivo, uma parceria que para realizar um evento no período das férias da Páscoa ligado ao Surf. Também têm a Passagem de Ano, modelo que querem melhorar. -----

-----Referiu ainda todo o trabalho desenvolvido por um conjunto de áreas, com vista ao Programa “Onda de Verão” que decorre de junho e setembro. Irão reunir com os operadores de Santa Cruz para que possam trabalhar o Ocean Spirit, de uma forma integrada na comunidade local. Estão a trabalhar com empresa Águas do Vimeiro no sentido de potenciar o concurso internacional de saltos de cavalos na Maceira-----

-----Lembrou ainda as múltiplas atividades que são feitas pelas associações do concelho exemplificando com a Vaklouro em Porto Novo e as Festas de Nossa Senhora da Nazaré em S. Pedro da Cadeira que tem um programa de festejos vastíssimo.-----

-----Aproveitou para dar os parabéns aos técnicos da autarquia pelo seu esforço pois estão a trabalhar com as associações e juntas do concelho para que seja combatida a sazonalidade.-----

-----Relativamente aos abrigos de passageiros disse que há data não receberam nenhuma reclamação sobre o assunto. Na altura da intempérie ficaram sem alguns toldos, razão pela qual utilizaram a Expotorres-----

-----No que se refere à intervenção do membro Marco Claudino disse para que visse a página 4 onde consta “tradução não oficial”.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. António Fortunato a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

-----Pelos 01.20 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

---

---

---